



Osvaldo Cabral

osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

DIÁRIO
inconveniente

Elefantes na sala insular

Há um elefante, para já, na sala da discussão sobre a revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Querem os Açores o mesmo que a Madeira?

No excelente seminário realizado esta semana no Teatro Micaelense, promovido pelo Conselho Económico e Social dos Açores, foi visível a divergência entre ambas as regiões, com a Madeira a querer apressar o passo e algumas vozes dos Açores a pedirem “aturada reflexão” sem causar “precipitações”.

O parlamento madeirense já tem a sua proposta de revisão, aprovada por unanimidade no ano passado, enquanto o parlamento açoriano só agora vai iniciar a recolha de propostas, por iniciativa da Comissão de Aprofundamento da Autonomia.

Este andar mais depressa da Madeira, só por si, já é um sinal de que há dois tempos diferentes entre as duas regiões.

Como alguém chamou a atenção no referido seminário, é difícil compreender como é que ambas as regiões desejam apresentar uma proposta única, consensual, quando a Madeira avançou sozinha com a elaboração de uma proposta e, pelos vistos, sem consultar os partidos congéneres dos Açores.

O PS madeirense aprovou a proposta do seu parlamento, mas Sérgio Ávila e Vasco Cordeiro deixaram bem claro que não estão de acordo com aquele documento.

Por aqui já se vê que vamos ter enormes dificuldades em conseguir um consenso insular, muito menos, então, quando chegar à Assembleia da República.

Como avisou Gualter Furtado - e muito bem -, qualquer proposta que não tenha o consenso das duas regiões, está condenada ao fracasso.

O conceito dos “custos acrescidos” pela insularidade tem entendimento diferente nas duas regiões, com uma a relevar a dispersão de nove ilhas e os custos que isto implica, e outra a contrapor que a “orografia” também traz problemas como a dispersão.

Depois temos a tentativa de arranjar uma fórmula para incluir na próxima revisão os custos da Saúde e da Educação, que é outro problema de quantificar em regiões diferentes, mas mais complicado ainda será convencer as cabeças coroadas em Lisboa.

Se ainda há pouco tempo nos obrigavam a pagar consultas e medicamentos nas deslocações ao Continente e se o financiamento da Universidade dos Açores é aquilo que todos sabemos, então é de recear que os centralistas nacionais vão dificultar-nos a vida e nunca mais teremos uma Lei de Finanças como é desejável.

Há a acrescentar a conjuntura temporal, porque já tivemos a experiência da revisão de 2013, que nos empurrou para baixo, com o argumento da crise financeira do país.

Agora que vamos começar a recuperar de uma crise pandémica e estamos dependentes, politicamente, na Assembleia da República, de apenas um partido, que sucesso é que podemos esperar desta pretensa revisão da lei?

A história ensina-nos que, num clima de tensão política, com posições extremadas, como acontece presentemente na política portuguesa, o centralismo ganha mais força e os debates fazem-se apenas com gritaria.

Não será fácil e, pelos vistos, mais elefantes vão instalar-se na sala, especialmente quando se começar a falar da diferente reestruturação da dívida pública de ambas as regiões, dos limites do endividamento e do factor acrescido que alguns pretendem e outros não para o Fundo de Coesão.

A iniciativa do CESA foi muito importante como pontapé de saída para uma discussão que vai ser intensa e muito interessante técnica e politicamente.

Como lembrou o Prof. Eduardo Paz Ferreira, o histórico segundo movimento autonomista deu-nos um Bruno Tavares Carreiro

inspirado, ao descrever, em 1922, “o mal insulano”, que parece pairar novamente, acrescentando a célebre frase: “Se a Madeira quisesse...”.

Desta vez não é só a Madeira a querer.

É preciso que os Açores e o Continente também queiram.

E este é que vai ser o cabo dos trabalhos.

O CENTRALISMO ARREGANHA - A prova de que o centralismo tem várias vidas veio, desta vez, de mais uma instituição inútil em Portugal.

O Conselho de Finanças Públicas, através da sua presidente, publicou um estudo - que repetiu na intervenção do seminário do CESA -, onde demonstra, descaradamente, que desejaria intervir nas Regiões Autónomas, para controlar as contas públicas e as regras orçamentais.

Já não bastava o pensamento centralista a que assistimos nos sucessivos governos da República, nos últimos anos, com o reforço do Tribunal Constitucional, para termos agora mais um organismo nacional a querer meter o bedelho nas autonomias administrativas.

Como muito bem disse o Prof. Paz Ferreira, especialista em Finanças Públicas, é de ficar de cara à banda...

As contas das regiões são fiscalizadas pelos respectivos parlamentos e pelo Tribunal de Contas, dispensando-se a presença de mais monstros centralistas.

Já basta a presença desta excrescência chamada Representante da República, que custa um dinheirão ao Orçamento de Estado, sem qualquer utilidade.

Fiquem-se por Lisboa, que estão muito bem.

